



Filiado à CUT e à FNU

STIU-DF

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

notícias

Dezembro/2011

Lutas em 2011 apontam para mais um ano de muitos desafios

Acompanhe nesta edição as principais lutas e conquistas nas empresas que compõem a base do STIU-DF. A maioria das lutas travadas em 2011 terá continuidade no próximo ano, a exemplo da renovação das concessões do setor elétrico.

ELETRONORTE

Com ato na Praça dos Três Poderes, categoria mostrou a insatisfação com a condução da data-base deste ano. **Página 6**

Foto: Félix



Operador do Sistema

Primavera do ONS no DF inaugurou novo tempo na empresa. **Página 4**

Foto: Félix



Greve histórica na CEB

STIU-DF comprova sua autonomia e os cebianos mostram maturidade. **Página 3**

Foto: Félix



Renovação das concessões

Essa será, sem dúvida, a grande luta dos próximos anos. Para enfrentá-la, a FNU-CUT já iniciou uma grande campanha nacional. **Páginas 8 e 9**



Sistema Eletrobras

- FNU-CUT lança campanha salarial extraordinária
- Representantes dos trabalhadores nos conselhos de Administração serão eleitos em março

Página 5

Manutenção de rede elétrica

Fiscalização de norma sobre o trabalho individual é discutida com o Ministério do Trabalho. **Página 2**

Projetos tentam reduzir perda do trabalhador com o FGTS

Página 10

Leia também nesta edição:

Projeto Viva a Arte completa 5.ª edição com grande sucesso. **Página 12**

A cada ano vamos somando conquistas e experiências. Em 2011 não foi diferente. Parabéns a todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras pelas lutas e vitórias deste ano! Em 2012, com nossa força e unidade, com certeza vamos conquistar ainda mais!



STIU-DF participou da Audiência Pública promovida pelo TST

Dirigentes do STIU-DF, trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico estiveram presentes à Audiência Pública que o Tribunal Superior do Trabalho promoveu nos dias 4 e 5 de outubro, para discutir o tema "terceirização de mão-de-obra". Foi a primeira vez em sua história que o TST realizou evento dessa natureza, o que comprova a importância dessa questão para os trabalhadores e para a sociedade como um todo. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT) falou em nome dos trabalhadores eletricitários do País na parte em que se debateu a terceirização no setor elétrico.

Uma das preocupações dos trabalhadores é com o feroz ataque dos representantes patronais à Súmula 331 do TST. Foi exatamente esse dispositivo que motivou os procedimentos investigatórios do Ministério Público do Trabalho e a posterior formalização do Termo de Ajuste de Conduta entre a CEB, o STIU-DF e o MPT, garantindo a contratação direta, via concurso público, dos trabalhadores que atuam na área-fim da Companhia. Processo semelhante se deu em Furnas, Caesb e em várias outras empresas.

Na avaliação do Sindicato, é fundamental que o movimento sindical,

por meio de suas bases e entidades, participe e intervenha em fóruns desta natureza, expondo suas convicções e apontando as mazelas criadas pela terceirização desenfreada e pela precarização do trabalho dela decorrente. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, de cada dez acidentes de trabalho registrados no Brasil, oito ocorrem em empresas terceirizadas, e de cada cinco trabalhadores mortos, quatro são de firmas que prestam serviços para outras empresas. Para as entidades sindicais, é preciso dar um basta a essa lógica degradante e imoral.

Manutenção da rede elétrica

Sindicatos reivindicam do Ministério do Trabalho fiscalização efetiva da NR 10

Fotos: Félix



Junto com a FNU-CUT e dirigentes das centrais sindicais e diversos sindicatos de eletricitários do País, o STIU-DF participou de audiência com o então ministro do Trabalho Carlos Lupi, no último dia 26 de outubro (fotos), na qual se discutiu o trabalho individual dos eletricitários no SEP – Sistema Elétrico de Potência.

As entidades cobraram do Ministério a efetiva fiscalização do cumprimento, pelas empresas, do item 10.7.3 da NR 10, que normatiza o trabalho individual. Exigiram que o Ministério encerre de uma vez por todas a discussão acerca da aplicação do item 10.7.3, pois ele está em vigor e deve ser cumprido. Se está havendo dúvida quanto a isso, cabe ao Ministério esclarecer definitivamente a questão, para não deixar brechas que possam propiciar

o descumprimento da norma. Os sindicalistas expuseram o risco de acidentes, inclusive fatais, a que estão expostos esses trabalhadores.

As entidades sindicais aguardam que o MTb faça valer o que está normatizado.

Entidades sindicais lançaram Fórum Nacional de Combate à Terceirização

O ato político, coordenado pela CUT, Dieese, Centro de Estudos Sindicais e da Economia do Trabalho (CESIT) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), aconteceu no último dia 17 de novembro, na Câmara dos Deputados.

A terceirização tem causado impactos perversos no mercado de trabalho brasileiro. Como se não bastasse, a Câmara dos Deputados está prestes a aprovar projetos de lei que aprofundam este cenário, resultando em se regulamentar a precarização das relações e condições de trabalho.

O Fórum pretende atuar na união de diversos setores da sociedade, visando a inverter este processo e compor um espaço de articulação de ações que impeçam a institucionalização da precarização do trabalho no País.

Greve histórica reafirma maturidade da categoria

Os trabalhadores e as trabalhadoras da CEB realizaram na data-base deste ano uma das mais longas greves de sua história. Foram 20 dias de paralisação em resposta à dificuldade da diretoria da empresa e do GDF em atender as justas reivindicações da categoria. A primeira contraproposta apresentada aos trabalhadores foi recebida com surpresa e perplexidade pelo Sindicato. A empresa não se dispôs a atender minimamente a pauta, frustrando a expectativa da categoria por um Acordo condizente com os esforços que todos vêm fazendo para superar as consequências de anos de sucateamento da CEB, melhorar a qualidade dos serviços e recuperar a imagem da Companhia junto à população.

Tratava-se de uma contraproposta desagregadora, que tentava dividir a categoria ao excluir parte dos trabalhadores do ACT e flagrantemente discriminar outros. O retrocesso era outra marca da proposta da empresa, visto que o abono salarial oferecido era muito inferior ao do ano passado, não havia oferta de ganho real nem proposta para pagar o realinhamento das distorções salariais no PCCS. Cabe destacar que havia o compromisso da CEB de apresentar uma proposta para essa questão até 30 de setembro último, o que não aconteceu. A empresa também não quis discutir a reivindicação do Sindicato em relação à PLR, limitando-se a manter a cláusula do ACT vigente.

Depois de avaliar essa contraproposta como totalmente insatisfatória, os trabalhadores aprovaram, em assembleia no dia 27 de outubro, o início da greve para o dia 3 de novembro. Foi uma das mais duras paralisações dos últimos anos, com ampla adesão da categoria, audiências de conciliação frustradas no TRT, reuniões com o GDF e ameaças aos direitos dos trabalhadores por parte da empresa. Mantendo a unidade até o fim do movimento e ciente de que o resultado de um provável dissídio coletivo era imprevisível, mas com grande possibilidade de derrota, a categoria aprovou a contraproposta que, entre outros pontos, assegurou:

1. o reposicionamento salarial dos contratados do concurso de 2009, representando um reajuste médio de 26% (sem considerar o INPC), corrigindo em parte a distorção salarial decorrente do edital;

2. a manutenção, no ACT, do compro-



Fotos: Félix

A ampla adesão e a unidade da categoria sustentaram uma das mais longas greves na história da CEB



misso da CEB em completar o processo de realinhamento salarial, estabelecendo-se, para tanto, o percentual de 4% da folha. É importante ressaltar que o Sindicato confia na recuperação econômica e financeira da empresa e vai cobrar a aplicação dos 4% para os(as) trabalhadores(as);

3. a criação de comissão paritária para estabelecer os critérios de promoções no PCCS, com a garantia de destinação de 1% da folha de pagamento, com aplicação definida para janeiro de 2013; e

4. extensão do ACT para as outras empresas do grupo CEB.

Em relação ao condutor autorizado, apesar de a reivindicação do STIU-DF não ter sido atendida imediatamente, a entidade vai envidar esforços para que, em março, sejam contemplados todos os trabalhadores que fizeram jus ao adicional.

Novos desafios

Na avaliação do Sindicato, que comprovou mais uma vez sua autonomia e independência, a categoria saiu mais

forte dessa greve e pronta para encarar as novas lutas e os próximos desafios, em especial o de ajudar a recuperar econômica e moralmente a empresa. A lamentar, o fato de a diretoria da CEB ter requerido na Justiça o mecanismo conhecido como interdito proibitório. Esse é um dos piores recursos para se utilizar no movimento sindical, pois foi criado no governo FHC com a finalidade de intimidar as entidades e puni-las financeiramente. É, portanto, uma prática reconhecidamente antissindical.

Eleição para o Conselho de Administração

O Sindicato destaca ainda, como conquista da data-base de 2011, a garantia de eleição de um representante da categoria para o conselho de Administração da CEB. O STIU-DF e a empresa vão definir em breve os critérios da eleição, de acordo com os pré-requisitos estabelecidos na Lei federal n.º 12.353, de 28.12.2010, assim como as datas do processo eleitoral. Aguardem mais informações.

Primavera do ONS: inaugurado um novo tempo na empresa

Trabalhadores deixam de lado seus temores,
mostram poder de mobilização e reivindicam um ACT digno

Numa alusão ao movimento por democracia e liberdade denominado “Primavera Árabe”, os trabalhadores e as trabalhadoras do Operador Nacional do Sistema desencadearam na campanha salarial de data-base deste ano o movimento “Primavera do ONS”. Pela primeira vez na história da empresa, os trabalhadores fizeram uma paralisação de meio dia nas bases do DF, Rio de Janeiro, Florianópolis e Recife, em 17 de outubro. Já a paralisação por 24 horas, programada para o dia 17 de novembro, acabou acontecendo somente no Distrito Federal, graças à coerência dos trabalhadores locais e à luta do STIU-DF.

Diante da desistência das outras bases em aderir à paralisação, a diretoria do ONS não quis avançar na contraproposta refutada pela categoria nas assembleias. Como não havia mais possibilidade de negociação, o Sindicato dos Urbanitários do DF decidiu solicitar a intermediação do Ministério Público do Trabalho. A audiência aconteceu no último dia 5 de dezembro, e praticamente não trouxe avanços – apenas uma cláusula transitória foi incluída no ACT para



Foto: arquivo STIU-DF

possibilitar que as entidades participem, em janeiro próximo, da análise, discussão e envio de sugestões ao PGCR (Plano de Gestão de Cargos e Remuneração).

Dessa forma, parece restar ainda um longo caminho na luta por uma política salarial mais equânime, pela produtividade e por um ACT compatível com a importância dos profis-

sionais do ONS para a operação do Sistema Elétrico Brasileiro. Pressões absurdas, práticas antissindiais e imposições pela força formam o cenário hoje na empresa, o que exigirá dos trabalhadores e das trabalhadoras de todas as bases um grande poder de mobilização para mudá-lo. O Distrito Federal deu o exemplo e espera que as outras bases reflitam sobre isso.

Consumo de energia no mundo deve aumentar em um terço até 2035

Estudo alerta que aumento no consumo fez com que emissões de carbono chegassem a nível recorde. Participação do carvão na matriz mundial vai aumentar 65%

O consumo de energia no mundo deve aumentar em um terço no período 2010-2035, segundo a edição 2011 do estudo *World Energy Outlook*, lançado pela Agência Internacional de Energia (IEA) no último dia 9 de novembro. De acordo com o estudo, fatores como o crescimento econômico e populacional de alguns países vão puxar o consumo para cima nas próximas décadas. Segundo o estudo da Agência, caso não ocorra uma arrojada mudança nas políticas adotadas, o mundo caminha para um futuro de

alto teor de emissões de carbono. A China consolida sua posição como maior consumidor de energia no mundo. Em 2035, o país estará consumindo 70% a mais de energia que os Estados Unidos, ainda que até lá a renda per capita dos chineses seja menos que a metade da norte-americana. Entretanto, a fatia de consumo de combustíveis fósseis vai diminuir dos atuais 81% para 75% em 2035 e as fontes renováveis crescerão de 13% de participação para 18%.

O estudo aponta que o crescimento

das energias renováveis está calcado no aumento de US\$ 64 bilhões em 2010 para R\$ 250 bilhões em subsídios até 2035. A política de subsídios pode não se concretizar em alguns casos devido a ajustes fiscais que alguns países terão que efetuar nesse período. Serão necessários investimentos adicionais em transmissão para trazer essa energia de locais mais remotos. Por outro lado, os subsídios para combustíveis fósseis em 2010 foram de US\$ 409 bilhões.

(Pedro Aurélio Teixeira, Agência CanalEnergia, 10.11.11)

Campanha salarial: o que esperar de 2012?

Os trabalhadores e as trabalhadoras das empresas do Sistema Eletrobras enfrentaram em 2011 uma das mais difíceis campanhas salariais dos últimos anos. O cenário econômico-financeiro do primeiro semestre, atrelado ao fato de sermos a primeira grande categoria a entrar em data-base, resultou em um encerramento condicional da campanha. Condicional porque, este ano, após quatro meses de dura negociação, a categoria elétrica só aprovou o encerramento da campanha salarial de data-base condicionado ao tratamento igualitário com as demais categorias, a posteriori.

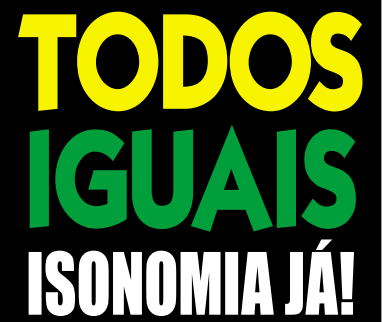
O governo federal, que no início do ano afirmou que não concederia nada além da inflação a nenhuma categoria, foi o mesmo que autorizou o ganho real aos trabalhadores que entraram em data-base no segundo semestre, após a mudança do cenário econômico. Com excesso de zelo, o governo tentou colocar na conta dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiros(as) a responsabilidade por impedir a crise econômica que se desenhava no cenário internacional.

Nesse contexto, em que mais uma vez o governo desrespeita os(as) eletricitários(as), a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) lança a campanha extraordinária pelo ganho real e pelo tratamento igualitário. Esta campanha visa mais que garantir a isonomia de direitos. É uma demonstração dos trabalhadores e das trabalhadoras do Sistema Eletrobras de que não irão aceitar o desdém demonstrado por alguns poucos iluminados que ocupam cargos no governo e que não têm a mínima noção do que significam nossas empresas para

milhões de brasileiros(as). Os(as) eletricitários(as) trabalham para, além de gerar, transmitir e distribuir energia para o Brasil, levar “Luz Para Todos”(as) os(as) brasileiros(as), garantir a Tarifa Social e desenvolver regiões onde o governo federal pouco atua.

Se a Petrobras garante um grande lucro para o País, por outro lado não tem a importância capilar que a Eletrobras tem; caso contrário, já teriam lançado o programa “Gás para Todos” ou o “Combustível Social”, o que reforça o grande papel estratégico da categoria elétrica para o Brasil.

O ano de 2012 será marcado, logo no início, por essa campanha extraordinária pelo ganho real, cujo lema é: “Todos Iguais, Isonomia Já”, com um calendário cheio de diversas atividades. Os eletricitários de todo o Brasil esperam, com isso, a extensão dos efeitos da Portaria Interministerial 32/01, dos ministérios de Minas e Energia e Planejamento – que isenta os petroleiros dos efeitos das CCEs-09 e 10 –, colocando um fim definitivo a esse tratamento desigual. Esperam também reinaugurar um novo ciclo de campanhas de data-base a partir do próprio ACT 2012/2013. Para tornar essa campanha vitoriosa, temos que organizar uma mobilização forte e contínua, de forma a garantir o tratamento à altura da importância que os(as) eletricitários(as) representam para a Nação.



Campanha extraordinária pelo ganho real

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Eleição acontecerá em março de 2012

Uma reivindicação histórica dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor elétrico está prestes a se concretizar. Depois de determinar a necessária reformulação dos estatutos das empresas do Sistema Eletrobras, a Holding assinou em novembro último, juntamente com as entidades sindicais do setor elétrico federal, termo aditivo ao ACT 2011/2012 que trata exclusivamente da formação da comissão eleitoral que conduzirá o processo de escolha dos representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras nos conselhos de Administração das empresas.

A participação de representantes dos empregados nos conselhos de Administração está prevista na Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, para empresas com mais de 200 empregados.

Em 11 de março deste ano, a Portaria nº 26 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabeleceu as instruções sobre a participação de representantes dos empregados nos conselhos de Administração, assegurada aos trabalhadores e às trabalhadoras

do setor elétrico federal na cláusula 36.ª do Acordo Coletivo Nacional.

De acordo com o termo aditivo, a comissão eleitoral será paritária e composta por até seis membros. Depois da indicação dos nomes, os membros da comissão serão designados por resolução de diretoria de cada empresa. A eleição está prevista para ocorrer em março de 2012.

Atribuições

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, temas em que fica configurado o conflito de interesse.

Compete ao conselho de Administração, entre outras tarefas, fixar a orientação geral dos negócios da companhia; eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto; fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a

qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria. É importante destacar que o conselheiro eleito não terá seu contrato suspenso.

Essa conquista é fruto de anos e anos de debates entre os sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários, sob a coordenação da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT). Nossas entidades sempre defenderam as empresas públicas com gestão democrática, transparente e com controle social.

Portanto, a Federação Nacional dos Urbanitários e o Coletivo Nacional dos Eletricitários – cientes da importância de se eleger legítimos representantes dos(as) trabalhadores(as) nos conselhos de Administração das empresas, que tenham real compromisso com a história e a luta dos trabalhadores eletricitários – deverão apresentar e apoiar uma chapa em cada empresa.

Data-base 2011: Ato público na praça dos Três Poderes mostrou unidade e força da categoria

Fotos: Félix

Com bonecos gigantes, pernas de pau e banda de forró, os trabalhadores e as trabalhadoras da Eletronorte promoveram, em agosto deste ano, uma das mais marcantes mobilizações dos últimos tempos. O objetivo foi traduzir a insatisfação com os rumos da negociação da data-base até aquele momento. Foi uma mensagem clara e direta à presidenta Dilma e ao ministro Gilberto Carvalho: a categoria exige respeito e o reconhecimento pela posição estratégica que ocupa no desenvolvimento do País.

Foi um movimento político, pacífico, organizado e de grande importância, que reforçou a unidade da classe trabalhadora, a responsabilidade e o compromisso que esta tem com a sociedade.

Também estiveram presentes vários dirigentes sindicais das demais empresas do setor elétrico e da própria Eletronorte, o que tornou a manifestação um ato simbólico em termos de representatividade das regiões do Brasil.

É importante destacar que o objetivo da manifestação foi alcançado, ou seja, representantes da categoria entregaram uma carta aberta à presidente Dilma e foram recebidos pelo assessor da Secretaria-geral da Presidência da República, Manoel Messias de Souza.



E-VIDA: muitas questões ainda sem resposta

Um ponto importante em 2011 foi a criação, de forma unilateral, da chamada Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida). A Eletronorte – alegando atender à cláusula 12.ª do ACT, que trata do compromisso de criar uma caixa de assistência aos seus trabalhadores e trabalhadoras aposentados(as), e reportando-se à Resolução nº 254/2011 da ANS, que fecha as portas do PPRS a futuros empregados – se propôs a criar a E-Vida, uma OPS (Operadora de Plano de Saúde) com dupla função: garantir a saúde

dos aposentados e gerenciar o PPRS dos trabalhadores e trabalhadoras ativos.

Com esse discurso, a empresa parece não perceber que algumas questões seguem sem resposta: por que os sindicatos não foram envolvidos neste estudo, como garante a cláusula? Por que a Eletronorte não cumpre o que determina a lei e estende desde já o PPRS aos aposentados que possam arcar com a parte da empresa? Por que a empresa fala em teto de contribuição, o que privilegia os altos salários, e

não busca uma solução para os aposentados que não possuem rendimento suficiente para ingressarem na E-Vida? Qual será o percentual de participação da patrocinadora na E-Vida? Qual a garantia real de que o PPRS permanecerá?

A impressão que se tem é que a real intenção da Eletronorte é apenas desonerar o caixa da empresa dos gastos com a saúde, e não garantir de fato a continuidade do PPRS em benefício de quem a constrói: seus trabalhadores e suas trabalhadoras.

PLR: luta por avanço maior em 2012

Os trabalhadores e as trabalhadoras da Eletronorte demonstraram sua capacidade de organização na negociação da PLR 2010, paga em 2011. O termo de compromisso anterior – que tinha uma redação dúbia quanto à distribuição, entre parte proporcional aos salários e parte linear, e gerava pagamentos equivocados, como ficou comprovado em 2010 – finalmente ganhou uma redação mais justa, para que a Eletronorte pratique o que sempre foi negociado com as entidades sindicais.

Assim, apesar de ainda termos muito em que avançar, a empresa passou da pior forma de distribuição da PLR para uma forma intermediária. Em 2012, o caminho é alcançar a melhor forma de distribuição do Sistema. Para tanto, é necessário que a luta continue. Esse tema também está na pauta da campanha extraordinária de todo o Sistema Eletrobras (pág. 5).



Foto: arquivo STIU-DF

Entrega da pauta específica da campanha salarial de 2012 à direção da Eletronorte

CCE-09: portuários conseguem anular resolução

A Federação Nacional dos Portuários (FNP) conseguiu anular, para a categoria, os efeitos da Resolução CCE 09/96 (veja documentos ao lado), que limita ao mínimo legal a concessão de vantagens aos trabalhadores e às trabalhadoras de empresas públicas e sociedades de economia mista.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) reconheceu à Advocacia Geral da União a nulidade da CCE-09 para os portuários. Isso significa dizer que, daqui para a frente, o tratamento será isonômico entre os trabalhadores e as trabalhadoras dessa categoria, independentemente da data de ingresso nas empresas.

Essa decisão, embora restrita, é considerada uma vitória para toda a classe trabalhadora de empresas públicas e sociedades de economia mista. Isso porque abre a porta para uma pressão política e administrativa visando estendê-la às demais categorias.

Na Eletronorte, o sindicato do Estado de Tocantins (STEET) ganhou na Justiça a nulidade da CCE-09 para um grupo de trabalhadores que entraram na empresa em 1996. Essa decisão, já transitada em julgado, somada à decisão do DEST em relação aos portuários, aumenta a possibilidade de cair por terra a diferença de tratamento dispensada hoje aos trabalhadores e às trabalhadoras que ingressaram na empresa após 1996.

É fato que, no decorrer dos anos, as entidades sindicais que constituem o Sindinorte conseguiram diminuir os reflexos da CCE-09, restando eliminar a barreira ainda vigente do pagamento da gratificação de férias e a limitação de 1% da folha para movimentação salarial.

Com base nessas decisões, o Sindinorte e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) irão pressionar a Eletrobras e a Eletronorte para que as empresas deem tratamento igualitário à categoria eletricitária.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) JUIZ FEDERAL DA 19ª VARA DO TRABALHO
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

Procedo à juntada e fôto os autos
movidos em virtude de art. 162.

PROCESSO Nº: 0000069-88.2011.5.10.0019
RECLAMANTE: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PORTUÁRIOS
RECLAMADAS: União e outra

A UNIÃO, neste ato representada pela Procuradoria Regional da União de 1ª Região, através de Procurador que a presente subscreeva, com mandato "ex lege", vem à presença de V.Exa., em respeito à r. decisão de fls. primeiramente se excusar pela demora em responder ao despacho de fls., informando que o ofício requerido o cumprimento da decisão fora encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 07/02/2011, tendo sido recebido em 06/02/2011, conforme documentos em anexo.

Finalmente, sabe de chegar a esta Procuradoria, após diversas diligências efetuadas pessoalmente por esta Advocacia da União, a resposta do MPOG (documento em anexo), informando que está ciente da declaração de nulidade da Resolução CCE nº 09/96 e, conseqüentemente, deixará de aplicar o referido ato normativo.

Nestes Termos,
Pede Juntada.

Brasília, 10 de março de 2011.

Mariana de Souza Fiaz
Mariana de Souza Fiaz
Advogada na União

00710.004952/2011-83

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria Executiva
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
Esplosão dos Ministérios Micos "EC" 8º andar - 70.040-906 - Brasília - DF
dest.gab@planejamento.gov.br (61) 2020-4326

Ofício nº 92 /DEST-MP

Brasília, 03 de março de 2011.

A Sua Senhoria a Senhora
Mariana de Souza Fiaz
Advogada da União da Procuradoria - Regional da União - 1ª Região
SALIS-Quadra 3, Lote 5/6 - Multifunil Corporate - Ed. Sede I - AGU
70070-030 - Brasília - DF

Assunto: Ação de Execução nº 0000069-88.2011.5.10.0019 - 19ª VT

Senhora Advogada da União,

1. Informo-lhe que tomei conhecimento do Ofício nº 1496/2010 - AGU/PRU/COAT/MP, de 7.2.2011, no qual é solicitado o cumprimento da decisão judicial que declarou a inconstitucionalidade da Resolução CCE nº 09/96.

2. Informo-lhe, ainda, que este Departamento cumpriu a decisão do Juiz da 19ª Vara do Trabalho de Brasília, abstendo-se de mencionar a Resolução CCE nº 09/96 em seus documentos, relativamente aos portuários, tendo em vista a declaração de nulidade de referida resolução em sede de antecipação de tutela.

Atenciosamente,

SERGIO FRANCISCO DA SILVA
SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA
Diretor

FNU-CUT e sindicatos fazem campanha nacional pela renovação das concessões

Para a Federação Nacional dos Urbanitários, somente a renovação de todas as concessões garantirá o acesso justo e democrático à energia



Franklin Moreira (presidente da FNU-CUT), Fernando Pereira (secretário de Energia da FNU-CUT e diretor do STIU-MA) e o deputado Fernando Ferro (PT-PE)...

Por décadas, grande parte do mundo apostou em uma doutrina política que pregava que o mercado por si só daria todas as respostas e salvaguardas necessárias para um crescimento duradouro, o chamado neoliberalismo. Atualmente, o debate posto na sociedade brasileira sobre a renovação ou não das concessões do setor elétrico vem acontecendo em um momento de grandes transformações sociais e econômicas, em especial na Europa e nos Estados Unidos, onde a crise deste modelo deixa à mostra a sua ineficiência, já que a ausência de um Estado forte tem levado essas economias a uma profunda depressão.

E o que o processo de renovação das concessões do setor elétrico tem a ver com isso? Nos próximos anos vencem concessões, ou seja, o direito de uso por parte das empresas, de praticamente 20% do parque gerador brasileiro, assim como praticamente 80% das linhas de transmissão e 35% do total das empresas distribuidoras de energia.

A atual legislação, produzida no âmbito da conjuntura neoliberal dos anos 90, fruto das mesmas doutrinas que nos levaram ao apagão de 2001, não previa a possibilidade de haver renovação das concessões para essas empresas.

Acreditamos que esta questão, mais do que analisada por uma ótica legal, deve ser analisada pelo seu caráter estratégico. Por que continuar adotando um marco legal que vem a cada dia demonstrando mundo afora a sua incapacidade de atender as demandas do povo no que diz respeito a crescimento econômico e qualidade de vida?

A Federação Nacional dos Urbanitários defende a renovação de todas as concessões do setor elétrico. Entendemos que uma nova licitação desses ativos, como defendem alguns setores da sociedade, seria o mesmo que promover uma nova privatização do setor, trazendo consigo todas as consequências

que este processo acarreta: desemprego, má qualidade de serviço e preços elevados.

Ao contrário do que vem se falando, o processo de renovação trará benefícios para toda a sociedade. A modicidade tarifária será levada em conta pelo governo num possível processo de renovação. Acreditamos que pela energia deve-se pagar o preço justo, porém, manter a capacidade de investimentos do setor e garantir a segurança energética é fundamental.

De forma semelhante às décadas de neoliberalismo, grupos estrangeiros transnacionais trabalham para entrar no setor de energia brasileiro, um negócio altamente rentável e de baixo custo, e dessa forma apoiam iniciativas no sentido da realização de novas licitações. O Estado brasileiro retomou nos últimos anos as rédeas do planejamento energético e vem conseguindo imenso sucesso nessa empreitada. A demanda por energia limpa cresce no mundo inteiro e o parque gerador brasileiro, composto essencialmente por usinas hidroelétricas, é um ativo extremamente cobiçado. Por que iremos permitir que esses ativos sejam entregues ao capital privado, sem nenhum compromisso com o real desenvolvimento do país? Para atrair indústrias que geram pouco emprego e muitos problemas ambientais?

O Brasil vive um momento favorável, após décadas de estagnação econômica, atraindo a atenção do mundo pela sua pujança em todas as áreas. Essa conjuntura exige mais investimentos em projetos de médio e longo prazo no setor de energia, os quais somente o Estado provou que é capaz de realizar. Portanto, não temos dúvida em afirmar que licitar, além de desmontar a política energética nacional, abrirá caminho para uma perigosa desnacionalização de empresas estratégicas como Furnas, Chesf e, mais tarde, Eletronorte e Eletrosul, dentre outras de grande importância em todas as regiões do país.

Renovar as concessões é evitar a privatização, é apostar no Brasil e garantir de forma justa e democrática o acesso a energia.



... no lançamento da campanha em Paulo Afonso, BA.

Saiba mais sobre a campanha no site www.todospelaenergia.com.br

Seminário na Câmara

O STIU-DF tem participado de todos os debates sobre a renovação das concessões promovidos no DF. No último dia 18 de outubro, o Sindicato esteve presente no seminário realizado pela Câmara dos Deputados para discutir a modicidade tari-

fária, as concessões e a qualidade do fornecimento de energia elétrica. Compareceram ao debate representantes das esferas governamentais e das empresas privadas. O Sindicato deixou clara a sua posição pela renovação das concessões dos ativos do setor elétrico.

Fotos: arquivo STIU-DF



TCU estabelece prazo para fim de impasse sobre concessões de geração

Uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) poderá forçar o governo a elaborar em algumas semanas as linhas gerais de um plano com alternativas para o impasse que envolve as concessões de cerca de 30 usinas hidrelétricas que vencem em 2015, informou a Agência Canal Energia em 24 de novembro último. Esses empreendimentos de energia “velha” estão na mão de empresas de geração estaduais e federais e, mantida a legislação atual, terão de

ser novamente licitados pela União.

De acordo com a reportagem, o plenário do TCU decidiu estabelecer prazo de 30 dias para que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, encaminhe um plano de ação com “datas, atribuições e responsáveis”. O Tribunal espera que, a partir desse plano, seja definido o modelo a ser adotado, com justificativa jurídica em relação a sua constitucionalidade e legalidade. Dentro desse modelo também será desenvolvida

metodologia para o cálculo de tarifas e preços associados às concessões, assim como estudos sobre as implicações econômicas para as concessões.

O documento também fixa prazo de um mês para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresente proposta com cronograma de avaliação do patrimônio das concessões com metodologia, banco de dados validados e uma agenda de fiscalização.

Água para o Brasil. Um Direito de Todos Não Pode Virar Lucro de Alguns

Esse é o lema de outra campanha encabeçada pela FNU-CUT, em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Segundo Franklin Moreira, presidente da Federação, o conceito básico da campanha “Água Para o Brasil” é o de que, se as prefeituras decidirem convidar grupos privados para ampliar o serviço de água e esgoto nas cidades, os empresários que atenderem ao apelo não vão investir em redes para servir as parcelas mais pobres da população, nem aquelas que moram distante dos centros urbanos. Essas comunidades não são consideradas lucrativas pelos empresários: o volume de consumo que elas têm é classificado como baixo e os recursos extras para construir obras em locais de difícil acesso são tidos como de difícil retorno.

Na opinião de Artur Henrique, presidente da CUT, o melhor modelo para a sociedade brasileira ter serviços de água e esgoto de qualidade, que atendam todos os cidadãos e a preços justos, é a parceria público-pública, ou seja, que empresas estaduais de saneamento façam projetos junto com as municipais. Neste ponto, será preciso reestruturar diversas empresas públicas do setor,



para capacitá-las a obter financiamento e a gerir projetos com qualidade – o que é perfeitamente possível e viável economicamente, na visão das entidades que promovem a campanha “Água para o Brasil”.

Visite o site da campanha: <http://www.aguaparaobrasil.com.br/index.php>

Projetos tentam reduzir perda do trabalhador com o FGTS

Ganhos bilionários não são compartilhados com os cotistas do fundo, que têm rendimento inferior à inflação

A lucratividade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem despertado cada vez mais a cobiça do governo e do Congresso. Como os ganhos não são compartilhados com os cotistas, o dinheiro é visto, pelo Planalto, como fonte de recursos para financiar obras públicas. Para agradar a possíveis eleitores, os parlamentares apresentaram propostas para facilitar os saques ou melhorar a rentabilidade, que atualmente perde de longe para a inflação.

Somente na Câmara dos Deputados existem mais de 200 projetos para promover algum tipo de alteração nas regras de saque ou remuneração das contas ativas de trabalhadores. As propostas vão do uso do FGTS para compra de lotes para construir a casa própria assim como para financiamento do ensino do cotista, pagamento de tributos e despesas hospitalares. Outra iniciativa sugere liberação do valor depositado para o caso de nascimento de filho ou casamento.

Atualmente, o recurso pode ser sacado em circunstâncias restritas, como casos de demissão sem justa causa ou aposentadoria e para compra da casa própria. No ano passado, o lucro do fundo foi de R\$ 5,4 bilhões. Mas os trabalhadores tiveram prejuízo porque as cotas do FGTS renderam apenas 3% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR) – o que gerou um rendimento de 3,66%. Enquanto isso, a inflação acumulada em 2010 foi de 5,19%. Essa situação deve se repetir em 2011.

Distribuição. Foi com o objetivo de reduzir as perdas do trabalhador que a senadora Marta Suplicy (PT-SP) propôs a distribuição do lucro, tendo em vista que o patrimônio líquido do FGTS cresceu 21,8% em 2008, em relação a 2007, e 9,3% em 2009, na comparação com o ano anterior. Nesse caso, pelo menos 50% do lucro seria distribuído aos cotistas do fundo.

Para técnicos do governo, existe a necessidade de se negociar uma proposta para que os trabalhadores se beneficiem do elevado lucro do FGTS, porém, propõem que o limite de repasse seja de no máximo 50%. Isso seria necessário para



que as políticas públicas – investimentos em habitação e saneamento básico – não percam recursos.

Para Jacy Afonso de Melo, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Conselho Curador do FGTS, além da distribuição dos lucros, é preciso mudar a forma de remuneração das contas para, pelo menos, 6% ao ano mais a variação da TR, o que equipararia a rentabilidade do Fundo à da caderneta de poupança.

O debate em torno da distribuição de dividendos do FGTS para o cotista deve se intensificar ainda mais nos próximos meses. A partir de junho de 2012, serão retirados da contabilidade do FGTS os registros da antecipação dos pagamentos de diferença de planos econômicos como o Verão e o Collor I.

Com isso, a lucratividade do fundo será ainda maior no próximo ano. Na avaliação de alguns técnicos do governo, a mudança pode abrir espaço para uma negociação sobre distribuição de dividendos do FGTS para os cotistas.

(Matéria publicada no jornal Estado de S.Paulo em 29.11.11)

Tribunal Superior do Trabalho altera cálculo de IR

Decisões recentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sinalizam uma mudança na forma de cálculo do Imposto de Renda (IR) incidente sobre verbas trabalhistas reconhecidas em condenações judiciais. O entendimento anterior da Corte era de que o IR se aplicaria sobre o total acumulado devido pelo empregador. Com isso, a alíquota do imposto retido tendia a ser a mais alta da tabela, de 27,5%. Mas, recentemente, pelo menos quatro turmas do TST já alteraram essa forma de cálculo, entendendo que o IR deve ser aplicado sobre o valor discutido em relação a cada mês trabalhado.

A diferença é que, com a base de cálculo mensal – e portanto menor –, a alíquota cai, pois o IR é progressivo. A instrução beneficia diretamente os trabalhadores, que passam a recolher menos imposto. Em alguns casos, o valor apurado por mês pode cair na faixa de isenção, enquanto a soma atingiria a alíquota cheia.

(Valor Econômico, 19.10.11)

Audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, no último dia 14 de dezembro, requerimento que propõe a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado n.º 580/11, que estabelece critério de distribuição do resultado do exercício financeiro do FGTS para as contas vinculadas dos trabalhadores.

A sugestão para realização da audiência pública foi dos senadores Marta Suplicy (PT-SP), Ana Amélia (PP-RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A primeira é a autora do PLS n.º 580/11, que está sendo relatado na CAS pelo senador Rollemberg.

Entidades sindicais fazem campanha para isentar a PLR de Imposto de Renda

Ao mesmo tempo em que o deputado federal Ricardo Berzoini apresenta projeto com o objetivo de alterar a Lei n.º 10.101, de 19.12.2000, trabalhadores de diversas categorias como bancários, químicos e metalúrgicos estão colhendo assinaturas em abaixo-assinado que será encaminhado ao Congresso Nacional e ao governo federal para cobrar a isenção de Imposto de Renda na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) recebida pelos trabalhadores.

A proposta visa a corrigir uma das muitas distorções do sistema tributário brasileiro que favorecem as empresas em detrimento dos trabalhadores: enquanto a PLR dos trabalhadores é tributada, a parcela do lucro líquido das empresas distribuída a seus acionistas é isenta do imposto desde 1996.

O sistema tributário brasileiro é regressivo, ou seja, a carga de tributos recai mais sobre quem ganha menos, enquanto as grandes empresas contribuem com muito pouco.

Para os trabalhadores, uma reforma tributária justa teria que inverter essa lógica regressiva com a adoção, entre outras medidas, de uma tabela progressiva de IR como instrumento de distribuição de renda. A isenção do imposto de renda na PLR é uma medida que aponta nessa direção, e por isso a participação de todos no abaixo-assinado é fundamental. Para acessá-lo, um dos endereços é www.sindbancarios.com/download/abaixo_assinado.pdf

Deputada propõe licença-paternidade de 30 dias

Está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 879/2011, de autoria da deputada Érika Kokay (PT-DF), que altera a CLT para ampliar a licença-paternidade dos atuais cinco dias para 30 dias. No site da parlamentar (www.erikakokay.com.br) há uma sessão sobre a licença-paternidade, com materiais informativos sobre a questão e um abaixo-assinado online. O PL encontra-se sob análise da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

“A proposta vem para atender a uma necessidade das mulheres: a presença do companheiro nas tarefas cotidianas durante o período de recuperação pós-parto, quando a mãe se vê com limitações físicas e carências psíquicas e precisa da ajuda do pai”, justifica a deputada, lembrando também que, em casos de adoção, as primeiras semanas de convivência com a família são fundamentais para a criança.



Casadas brasileiras ganham 20% a mais que solteiras, conclui Instituto de Ensino e Pesquisa

No Brasil, as mulheres casadas ganham, em média, 19,8% a mais que as solteiras, de acordo com estudo do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Segundo Regina Madalozzo, pesquisadora que orientou a pesquisa sobre o Brasil feita pela economista Carolina Flores, no mercado americano a situação é inversa: solteiras ganham, em média, 34% mais que as casadas.

O estudo foi realizado com base nos dados do Censo 2000 do IBGE. Uma explicação possível para o resultado é que a mulher casada, pela segurança de uma renda familiar conjunta com o marido, pode investir mais tempo até encontrar empregos mais recompensadores. “É possível que as solteiras se submetam com maior facilidade a salários mais baixos”, diz Madalozzo.

O estudo revelou que, entre as mulheres casadas, as negras, pardas e indígenas ganham menos que as brancas, enquanto as asiáticas ganham mais. “Pode ser um reflexo da qualificação, mas esse grupo é pequeno; representa menos de 1% do total”, diz a pesquisadora.

(Matéria publicada na Folha de S.Paulo em 17.12.11)

Discriminação salarial contra mulheres será punida com multa

É o que prevê o Projeto de Lei n.º 6.393/09, do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), aprovado no último dia 13 de dezembro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. O texto final do PL acrescenta o parágrafo 3.º ao artigo 401 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de estabelecer multa para combater no Brasil a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres que desempenhem a mesma função.

A partir da aprovação da matéria, que visa à correção histórica das desigualdades nas relações de trabalho e a equiparação salarial entre os sexos, o empregador que discriminar a mulher será multado pelo Ministério

do Trabalho e Emprego em cinco vezes o valor da diferença verificada em todo o período da contratação.

O projeto segue agora para apreciação do Senado Federal, que poderá dar a posição final sobre o tema. Se houver mudanças de mérito no texto aprovado pela Câmara, a matéria retornará à apreciação da Casa legislativa de origem.



Projeto completa quinto ano com novas parcerias, público e atrações diversificados

O Projeto Cultural *Viva a Arte* completou sua quinta edição em 2011 com a satisfação de ser um projeto cultural alternativo que tem como foco principal valorizar a produção artística desenvolvida no Distrito Federal, além de cumprir o objetivo de levar ao público o nome da Eletrobras Eletronorte, criando um vínculo da empresa com os formadores de opinião, os artistas e a sociedade de Brasília. A realização do *Viva a Arte* está prevista na 44.ª cláusula do ACT específico – *Apoio à produção e difusão cultural*.

Ao longo destes cinco anos, o Projeto cresceu e, neste ano, parcerias de sucesso difundiram a cultura do DF para além do auditório da Eletronorte. O Sesc-DF, o Açougue Cultural T-Bone e o Jardim Botânico de Brasília entraram na rota de apresentações do *Viva a Arte*, todos com excelente participação do público.

O crescimento do *Viva a Arte* foi acompanhado da apresentação de artistas de projeção nacional: Paulinho Pedra Azul, Xangai, Simone Guimarães, Paulinho Tapajós, Marcello Lessa, Renato Motha, Tavito, Celso Blues Boy, Tunai e Papete, entre outros. Esperamos que, em 2012, essas parcerias se consolidem e levem mais cultura aos habitantes do DF.

Sob a idealização e coordenação do STIU-DF – que para além da luta corporativa defende melhores condições de vida – e tendo como administradoras e produtoras a Vida Brasil e a Fênix, o *Viva a Arte* é patrocinado pela Eletrobras Eletronorte. É importante deixar claro que o Sindicato também financia o projeto, sendo responsável pelos gastos com a mídia, o que equivale a cerca de 20% do custo total do *Viva a Arte*. Por se tratar de um projeto patrocinado com recursos de uma empresa federal, está submetido à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Para saber mais e conhecer a história que resultou no Projeto Cultural *Viva a Arte*, acesse: <http://projetovivaaarte.com.br>

“...a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte...” e *Viva a Arte*...



Fotos: STIU-DF



A cantora Indiana Nomma em apresentação no Jardim Botânico



Show da cantora Márcia Tauil no auditório da Eletronorte



No Açougue Cultural T-Bone, a apresentação foi de Rênio Quintas